

Gabinete Desembargadora SÔNIA AMARAL TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0822228-77.2023.8.10.0000 PACIENTE: JOSE RAIMUNDO COSTA MARTINS JUNIOR ADVOGADO: GUSTAVO EMANUEL SILVA OLIVEIRA – OAB MA24478 IMPETRADO: JUÍZO DA 3ª VARA DA COMARCA DE PINHEIRO PROCESSO ORIGEM: 0800103-56.2023.8.10.0052 RELATORA: DESEMBARGADORA SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO EMENTA PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. TRÂMITE REGULAR. PRESENÇA DO FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM IN MORA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. I – Encontram-se devidamente preenchidos os requisitos exigidos pelos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal para a imposição da prisão, já que a pena máxima cominada em abstrato ao crime imputado ao paciente ultrapassa 4 (quatro) anos, bem como constam provas da existência do crime e da autoria do delito; II– Inexiste excesso de prazo, quando considero a complexidade dos fatos sob investigação, o número de pessoas envolvidas e as demais circunstâncias que justificariam dilatar o prazo para o fim do procedimento. É o que vejo no caso, ante um número elevado de denunciados, 19 (dezenove), somado a um trâmite processual regular, com as investigações começando em janeiro de 2023; Prisão preventiva em 18/01/2023; Denúncia em 23/03/2023; Recebimento em 24/03/2023; Manutenção da Preventiva na data de 24/03/2023 e 14/07/2023; Juntadas de Defesas Prévias. III– Ademais, é evidente o periculum libertatis, em razão da gravidade em concreto dos crimes atribuídos ao paciente e a alta periculosidade, posto que ele é apontado como líder de facção criminosa (Bonde do 40), o que revela a prisão como garantia da ordem pública. Além do que, há risco à aplicação da lei penal, ante a existência de mandado de prisão contra ele ainda não cumprido, conforme informações do SIISP e dos autos de origem, a configurar, em tese, que se encontra foragido. IV– Não há que se falar em ausência de contemporaneidade na decretação da prisão, posto que ainda persistem os motivos da decretação da prisão para fins de garantir a aplicação da lei penal. V– A simples alegação de existência de circunstâncias pessoais favoráveis do paciente, como primariedade, bons antecedentes, residência e trabalho fixos, por si só, não enseja a revogação da custódia, especialmente quando os elementos de prova constantes dos autos indicam a necessidade da prisão. Precedentes. VI– Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da Terceira Câmara Criminal, por unanimidade, e em conformidade com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, pelo conhecimento e denegação da ordem, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Participaram do julgamento esta relatora e os senhores Desembargadores Sebastião Joaquim Lima Bonfim (Presidente) e Vicente de Paula Gomes de Castro. Sala das sessões virtuais da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís-MA, julgamento finalizado em Treze de Novembro de Dois Mil e Vinte e Três. Desembargadora SÔNIA Maria AMARAL Fernandes Ribeiro Relatora (HCCrim 0822228-77.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) SONIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 14/11/2023)